

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA
FIERGS - CRESUL**

CNPJ 92.675.578/0001-66

**Travessa Francisco de Leonardo Truda, número 40 – 14º andar sala 143
Porto Alegre –RS-CEP 90010-050**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.**

Nota 1: Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Sistema Fiergs - Cresul, constituída em 17/03/1953, é uma sociedade por cotas, regulada pelo disposto na Lei nº 5.764/71, cujo capital é constituído exclusivamente por recursos da iniciativa privada com seus objetivos sociais em conformidade com a referida Lei e definidos em seu Estatuto Social. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Ato nº 208 de 1968, têm por objetivo principal proporcionar a educação cooperativista e, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados, além de prestar serviços inerentes à sua condição de instituição financeira.

Nota 2: Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Financeiras.

Nota 3: Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, devidamente apontado em nota explicativa.

- a) Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência;
- b) Os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras estão representados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- c) As operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço pelas taxas contratadas;

- d) A provisão para operações de créditos em liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo);
- e) Os equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- f) Os valores que compõem o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido não foram corrigidos monetariamente, em obediência a Lei 9.249/95 artigo 4º que revogou a correção monetária das demonstrações financeiras;
- g) Os valores utilizados do FATES já estavam provisionados no Passivo da Cooperativa, sendo sua utilização estabelecida em regulamento próprio, motivo pelo qual não são lançados novamente como despesas do exercício, conforme previsto na ITG 2004.

Nota 4: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

<i>Aplicação</i>	<i>Saldo em 31/12/2022</i>	<i>Saldo em 31/12/2021</i>
<i>Poupança Banco do Brasil</i>	711.190,61	1.979.486,71
<i>Poupança Banrisul</i>	1.584.908,33	2.130.114,65
Totais	2.296.098,94	4.109.601,36

Os rendimentos das aplicações financeiras, neste exercício, foram de R\$ 185.831,38 oriundos de aplicações em Poupança.

Nota 5: Operações de Crédito

A carteira de crédito da Cooperativa é composta por operações de Empréstimos e Financiamentos, sendo sua distribuição por tipo de cliente e atividade econômica de 100% a pessoas físicas, apresentando as seguintes composições:

- De acordo com o prazo de vencimento:

<i>Prazo</i>	<i>Valor em 31/12/2022</i>	<i>Valor em 31/12/2021</i>
<i>Operações Vencidas</i>	13.476,41	32.007,43
<i>Operações a Vencer</i>	10.176.165,30	7.900.961,50
<i>Até 180 dias</i>	2.810.011,94	2.234.208,46
<i>De 181 a 360 dias</i>	2.669.307,54	2.101.205,99
<i>Acima de 361 dias</i>	4.696.845,82	3.565.547,05
Total Líquido da Carteira	10.189.641,71	7.932.968,93

- De concentração:

Os dez maiores devedores em conjunto devem R\$ 788.390,77, representando 7,34% do total da carteira de crédito. O maior saldo devedor é de R\$ 116.574,69, representando 0,99% do PR da Cooperativa.

- De Renegociações:

No exercício de 2022 ocorreram renegociações de 283 operações totalizando R\$ 1.341.545,24 de refinanciamentos.

No exercício de 2022 não houve movimentação em empréstimos baixados em prejuízos.

- De acordo com a Classificação pelo Risco e Provisionamento:

Nível de Risco Atraso	Créditos 31/12/2022	Provisão 31/12/2022	Créditos 31/12/2021	Provisão 31/12/2021
A	8.109.287,35	40.546,44	6.383.010,85	32.599,07
B - 15 a 30 dias	1.498.381,61	14.983,82	949.255,61	9.780,72
C - 31 a 60 dias	189.953,78	5.698,61	257.303,84	7.783,23
D - 61 a 90 dias	329.706,16	32.970,52	311.815,71	32.585,969
E - 91 a 120 dias	58.853,42	17.649,85	21013,12	7.546,70
F - 121 a 150 dias	2.808,95	1.347,80	8.910,86	4.270,55
G - 151 a 180 dias	650,44	439,36	1.658,94	451,23
H - Acima de 180 dias	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	10.189.641,71	113.636,40	7.932.968,93	95.017,47

Nota 6: Outros Créditos

Composição:	2022	2021
	Circulante	Circulante
Adiantamentos a Funcionários	2.256,10	-,-
Adiantamento de Férias	-,-	-,-
Empresa Conta Desconto em Folha	746.853,45	682.686,90
Créditos por Antecipação de Convênios	-,-	-,-
(-) Provisão para Créditos Antecipação Convênios	-,-	-,-
Total	749.109,55	682.686,90

O valor de R\$ 746.853,45 corresponde ao montante a ser repassado pelas empresas do Sistema Fiergs referente a empréstimos e capital consignados em folha no mês de Dezembro. O valor de R\$ 2.256,10 representa o saldo de adiantamento concedido a funcionários.

Nota 7: Ativo Não Circulante – Operações de Crédito

O valor de R\$ 4.645.319,92 representa parcelas a receber de contratos de operações de crédito com associados, vencíveis após 31/12/2023.

Nota 8: Ativo Não Circulante - Permanente

- Imobilizado

Composição:	Taxa	2022			2021
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Edificações	4 %	1995,93	(1.995,93)	-,-	-,-
Instalações	10 %	3.498,50	(2.307,72)	1.190,78	1.330,82
Móveis e Equipamentos de Uso	10 %	26.401,05	(18.179,89)	8.221,16	9.482,36
Sistema de Processamento Dados	20 %	45.970,46	(25.470,18)	20.500,28	-,-
Total		77.865,94	(47.953,72)	29.912,22	10.813,18

- Intangível

Composição:	Taxa	2022			2021
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Intangíveis	20 %	21.184,88	(21.079,05)	105,83	405,83
Total		21.184,88	(21.079,05)	105,83	405,83

Nota 9: Outras Obrigações

Composição:	2022		2021	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
F A T E S	51.260,94	-,-	197.515,63	-,-
Provisão Juros ao Capital	1.021.318,00		349.463,02	
Cotas de Capital a Pagar	160.023,20		205.725,96	
Impostos e Contrib. Recolher	20.951,26		15.720,88	
Créditos de Fornecedores	17.376,36		14.661,93	
Provisão p/Pagam. a Efetuar	42.279,23		46.605,28	
Credores Diversos País	4.371,84		4.412,05	
Total	1.317.580,83	-,-	834.104,75	-,-

- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

Durante o exercício de 2021 foram absorvidas despesas no valor de R\$ 522,24. No encerramento do exercício foi constituído o montante de R\$ 47.230,35 representando 5% das sobras brutas do exercício. Também foi transferido para o FATES o resultado dos Atos não Cooperativos do Exercício de 2021 no montante de R\$ 27.058,85. A utilização do FATES ficou assim demonstrada:

Saldo do FATES em 31/12/2021.....R\$	197.515,63
(-) Dispêndios realizados em 2022.....R\$	(197.515,63)
(+) Destinação das Sobras Exercício 2022.....R\$	21.457,81
(+) Resultado Atos não Cooperativos 2022.....R\$	29.803,13
Saldo do FATES em 31/12/2022.....R\$	51.260,94

Nota 10: Capital Social e Quadro Social

O Capital Social está representado pela participação de 2.383 associados, no valor de R\$ 8.263.694,94, totalmente integralizado. Em relação à posição de 31/12/2021 foi verificado um acréscimo de 5,33%. O quadro social da Cooperativa é composto por quatro pessoas jurídicas e 2.379 pessoas físicas, dentre estas três são funcionárias da Cooperativa.

Nota 11: Sobras, Apuração e Destinações

As Sobras do Exercício findo em 31/12/2022 estão assim distribuídas:

Sobras Brutas do Primeiro Semestre Antes IR e CSLL.....R\$	264.444,28
Sobras do Segundo Semestre.....R\$	207.503,88
Resultado antes da Tributação s/LucroR\$	471.948,16
(-) Imposto de Renda e Contribuição SocialR\$	(12.988,87)
Resultado antes das DestinaçõesR\$	458.959,29
(-) Fates Atos não Cooperativos.....R\$	(29.803,13)
(-) Destinações Reserva LegalR\$	(42.915,62)
(-) Destinações FATESR\$	(21.457,81)
Sobras Líquidas a Disposição da AGOR\$	364.782,73

Nota 12 – Partes Relacionadas

Em observância ao disposto na Resolução Bacen nº 3.750/2009, combinado com a NBC T nº 10.8.7.2, letra “g”, do Conselho Federal de Contabilidade, as operações ativas e/ou passivas efetuadas no âmbito das atividades da Cooperativa são realizadas apenas com os cooperados. As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa. Segue o demonstrativo de suas operações:

Partes Relacionadas	Capital	Empréstimos
Diretoria	115.360,13	221.060,76
Conselho Administração	109.208,07	120.476,72
Conselho Fiscal	40.007,41	32.892,02
Total	264.575,61	374.429,5

Nota 13 – Gerenciamento do Risco Operacional

A Cooperativa implantou a estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional de que trata a Resolução 4.606/2017 do Banco Central do Brasil, conforme manual aprovado pelo Conselho de Administração. O monitoramento das operações e o mapeamento dos possíveis riscos não apresentaram fatos relevantes que indicassem a necessidade de qualquer medida corretiva.

Nota 14 - Gerenciamento do Risco de Liquidez

De acordo com a Resolução 4.606, de 19/10/2017, a implementação da Gestão de Riscos incluiu o monitoramento contínuo do Risco de Liquidez, que foi implementado conforme as diretrizes estabelecidas pela norma. Não foi constatado evento digno de registro ou necessidade de mitigação.

Nota 15 - Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático (PR SAC)

A Cooperativa esta monitorando o Risco Social, Ambiental e Climático (PR SAC) de que tratam as Resoluções 4.606/2017 e 4.945/2021, do Banco

Central do Brasil, de acordo com a Política de Gerenciamento de Risco aprovada. Não foram identificados fatos relevantes no Exercício.

Nota 16 - Gerenciamento do Risco de Crédito

A Cooperativa implantou a estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito, conforme manual aprovado pelo Conselho de Administração. O acompanhamento das medidas aprovadas está sendo monitorado pelo Comitê de Crédito, não sendo constatada até o momento qualquer necessidade de ajustes ou mudanças operacionais.

Nota 17 - Gerenciamento de Continuidade dos Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência.

Nota 18 - Plano de Adequação do Modelo Contábil e Classificatório de Instrumentos Financeiros - Resolução 4.966/21

Em atendimento à Resolução do CMN 4.966/2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o Plano de Adequação do Modelo Contábil e Classificatório de Instrumentos Financeiros da cooperativa. No próximo exercício serão mensuradas as mudanças necessárias no ambiente de sistemas e das políticas e práticas de formação das provisões para perdas esperadas, além da mensuração dos possíveis reflexos econômicos destas medidas nos ajustes do modelo de negócios e em relação ao quadro de colaboradores.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2022.

Suzete Araujo Leal
Diretora Presidente

Mariane Luiza Spiekermann
Diretor Resp. Área Contábil

Valda Maria de Oliveira Echaui
Contadora-CRCRS: 53.810/O-1
CPF: 056.535.500-78